



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**



**VETO PARCIAL Nº 222/2018**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 1556/2017**

Veto parcial ao Projeto de Lei nº 1556/2017, de autoria do Deputado Hervázio Bezerra, o qual “DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DOS PREÇOS NOS PRODUTOS VENDIDOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. **Parecer pela manutenção do veto.**

**VETO PARCIAL GOVERNADOR DO ESTADO**  
**RELATOR: DEP. RAONI MENDES**

**P A R E C E R** 222/2018

***I - RELATÓRIO***

O Senhor Governador do Estado, usando da competência que lhe confere o § 1º do artigo 65 da Constituição Estadual, vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 1556/2017, que “DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DOS PREÇOS NOS PRODUTOS VENDIDOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**



Nas razões de veto parcial, argumenta Sua Excelência que o art. 2º do Projeto de Lei padece de possível desarrazoabilidade e desproporcionalidade na multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraíba – UFR-PB, ou o dobro desse valor no caso de reincidência, a ser aplicada em caso concreto. Além disso, determina o fechamento do estabelecimento até o cumprimento da lei.

A matéria constou no expediente do dia 31 de agosto de 2017.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**



***II - VOTO DO RELATOR***

O Projeto de Lei nº 1556/2017 tem por objetivo determinar que estabelecimentos comerciais situados no Estado da Paraíba identifiquem com a mesma dimensão os preços à vista, a quantidade e os valores das parcelas e os juros dos produtos comercializados. Como forma de punição para quem descumpra a lei, fica estabelecida uma multa e, em caso de reincidência, o fechamento do estabelecimento comercial até que o mesmo se adeque ao que a lei determina.

O Chefe do Poder Executivo, ao vetar parcialmente o projeto, o fundamentou em razões de desarrazoabilidade e desproporcionalidade na multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraíba – UFR-PB, ou o dobro desse valor no caso de reincidência, a ser aplicada em caso concreto,

As alegações são que atualmente o valor de uma UFR-PB é de R\$ 47,26 (quarenta e sete reais e vinte e seis centavos), por conseguinte, a multa a ser aplicada seria de R\$ 47.260,00 (quarenta e sete mil reais e duzentos e sessenta centavos). Sendo assim, tal valor poderia infringir os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Nesse sentido, o Senhor Governador sugere que o valor da eventual multa a ser aplicada tenha por parâmetro os critérios elencados no art. 57 do Código de Defesa do Consumidor (gravidade da infração, vantagem auferida e condição econômica do fornecedor), bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**



Pois bem, analisando as razões do veto, percebo que assiste razão ao que foi aduzido pelo Exmo. Sr. Governador, pois o valor da multa a ser aplicado, de fato, infringiria os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Mais justo seria analisar cada caso concreto, de acordo com os critérios estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 57:

*“Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos” (grifos nossos).*

Assim, o veto ao art. 2º em nada afetará a exeqüibilidade da Lei, que terá o Código de Defesa do Consumidor como base legal para dosimetria da pena.

Diante de tais considerações e após uma objetiva análise da matéria, esta relatoria **vota pela MANUTENÇÃO do veto nº 222/2018.**

É o voto.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 2018.

  
**DEP. RAONI MENDES**

**Relator**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**



**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer da Relatoria, pela **MANUTENÇÃO DO VETO Nº 222/2018**, por entender que as razões de veto são consistentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 2018.

APROVADO  
EM 28 02 2018  
PRESIDENTE

  
**DEP. ESTELA BEZERRA**

Presidente

  
**DEP. CAMILA TOSCANO**

Membro

  
**DEP. RAONI MENDES**

Membro

**DEP. HERVÁZIO BEZERRA**

Membro

**DEP. TROCOLLI JUNIOR**

Membro

  
**DEP. DANIELLA RIBEIRO**

Membro

**DEP. JOÃO GONÇALVES**

Membro